

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
V.10-14 N.2 - JULHO A DEZEMBRO DE 86

6º Congresso Brasileiro de Arquivologia
Arquivos da Administração Pública Federal -
Arquivos da Administração Municipal de Rio Claro-SP -
Arquivos Privados -
Arquivos de Filmes -

Clas. PER
administração

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Diretoria 1985-1987

Presidente:

Jaime Antunes da Silva

Vice-Presidente:

José Maria Jardim

1º Secretário:

Rosely Curi Rondinelli

2º Secretário:

Helena Dodd Ferrez

1º Tesoureiro:

Helena Moesia de Albuquerque

2º Tesoureiro:

Eliana Balbina Flora Sales

Conselho Deliberativo**Efetivos:**

Célia Reis Carmargo

Helena Corrêa Machado

Janine Resnikoff Diamante

José Pedro Pinto Esposel

Lia Temporal Malcher

Maria Amélia Gomes Leite

Maria de Lourdes da C. e Souza

Marilena Leite Paes

Regina Alves Vieira

Suplentes:

Eloisa Helena Riani

Jerusa Gonçalves de Araújo

Maria Odila Kahl Fonseca

Maura Esândola Quinhões

Paulo Carvalho

Paulo de Tarso R. Dias Paes Leme

Conselho Fiscal:

Fernando Campos Salinas

José Lazaro de Souza Rosa

Lucia Maria de Oliveira

Suplentes:

Marilucia Ribeiro da Silva

Norma de Góes Monteiro

Revista de divulgação da
Associação dos Arquivistas
Brasileiros**Conselho Editorial**
Eloisa Helena Riani
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria Luiza S. Dannemann**Redatora-Chefe**
Maria Amélia Gomes Leite**Secretária**
Maria Odila Kahl Fonseca**Coordenação Editorial/
Gráfica**
A. S. da Costa**Impresso pela Apex Gráfica
e Editora Ltda.**Correspondência para
Arquivo & Administração
Pr. de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Desejamos permuta
Nous desirons é change
We are interest in exchange**Sumário**

Editorial 2

Aplicação de um modelo de
organização em arquivos
intermediários 3Metodologia para diagnóstico
de arquivos correntes em
organismos da administração
pública federal 14Avaliação da produção
documental do Município de
Rio Claro — proposta para
discussão 24Arquivo de filmes: preparado
para a automação e criação
de uma base de dados
nacional 47A vontade de guardar: lógica
da acumulação em arquivos
privados 62Reorganização de arquivos
empresariais: um estudo de
caso 77Arquivos privados:
bibliografia 96

Balanço Geral de 1986 104

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade dos respectivos autores e não
expressam necessariamente o pensamento da
Associação dos Arquivistas Brasileiros ou dos
redatores de**Arquivo & Administração**Permitida a reprodução de artigos desde que seja
observada a ética autoral que determina a
indicação da fonte.Arquivo & Administração v. 1- n. 0- 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 23 cm semestral
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas
Brasileiros
1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos.
I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

| | | | | | |
|-------------|----------------|----------|------|----------|----------------|
| Arq. & Adm. | Rio de Janeiro | v. 10-14 | n. 2 | p. 1-104 | jul./dez. 1986 |
|-------------|----------------|----------|------|----------|----------------|

A VONTADE DE GUARDAR: LÓGICA DA ACUMULAÇÃO EM ARQUIVOS PRIVADOS*

Aurélio Vianna
Maurício Lissovsky
Paulo Sérgio Moraes de Sá**

O arquivo considerado como efeito de acumulação de documentos. Reflexões sobre o sentido original e o "arquivador" enquanto sujeito do processo de acumulação. Tipologia dos modos de articulação dos documentos em arquivos privados de homens públicos.

"O empreendimento de qualquer movimento de reorganização deve partir da construção de nova edição da coisa a ser reorganizada e continuar simultaneamente de modo a estabelecer uma ponte entre o retrocesso e o progresso, sem que ambos sofram solução de continuidade. Não se destrói primeiramente o que está feito embora não corresponda às necessidades atuais. O que foi construído representa trabalho e tem qualquer coisa de substancial ao tempo em que foi realizado; e vai-se prestando ao esclarecimento do passado até que possa ser assimilado pelo que hoje se vai construindo numa era de maiores facilidades mas nem por isto capaz de dispensar o concurso da mentalidade anterior.

Assim é que vamos reorganizar a grande massa de papéis que alguém denominava de arquivo lá pelos anos de mil setecentos e tantos."

*Acrises Gonçalves dos Santos
(arquivista de Gustavo Capunema
no Ministério da Educação e Saúde)
13/05/1945*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende realizar uma reflexão sobre um campo particular da experiência arquivística, aqui interpretado como historicização de papéis privados. A discussão pareceu-nos apropriada na medida em que o tratamento de fontes históricas oriundas de arquivos privados, além de envolver um conjunto de decisões e procedimentos técnicos, requer um certo consenso em torno de noções como as de memória, documento,

* Trabalho apresentado na Sessão de Temas Livres do dia 16 de abril de 1986, no 6º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 18 de abril de 1986.

** Então pesquisadores do Setor de Documentação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

peessoa, público e privado, arquivo e principalmente, história. Reserva-se este texto o direito de discutir algumas destas noções, no nível em que informam a prática arquivística a serviço da história; ao mesmo tempo, procuramos estabelecer alguns modelos abstratos, uma espécie de tipologia dos arquivos privados de homens públicos em seu estado pré-tratamento, isto é, no modo como estes arquivos costumam estar "organizados" por ocasião de sua chegada ao centro de documentação histórica.

Estender os horizontes para um momento anterior ao ingresso de um arquivo privado em uma instituição de preservação de memória significa mergulhar no universo que o configurou, apreciando a relação que o "titular" mantém com os seus documentos.

O estudo da trajetória realizada por um arquivo no interior do seu processo de geração busca apreender os momentos que levam os homens públicos a acumular registros, a dispô-los sob diversas formas de ordenamento, a retê-los por toda vida. A eles se afeiçoando a ponto de tratá-los mesmo como termo de relação homem-obra, como seu legado pessoal e intransferível, marca do que realizou e edificou em vida e com o que intenta ser reconhecido pelas gerações seguintes, lembrado, quando não celebrado, por seus feitos e mensagens.

Este estudo não visa uma avaliação técnica da eficiência na preservação ou a redefinição de um ou outro modelo original de ordenamento dos documentos. Ainda que não fique à margem de tais questões, busca uma prospecção sobre o *modus operandi* do colecionador, a racionalidade de seus atos para com seus papéis.

2. A MEMÓRIA E SEUS REGISTROS

2.1 A CONTINUIDADE

A sociedade é uma síntese singular de pessoas, não se reduzindo a um somatório de indivíduos. Os indivíduos são mortais, mas o organismo social é, pretensamente, imortal.¹ Os indivíduos participam de experiências institucionais e pessoais que, mortais como eles, passam. Mas além dos indivíduos existem pessoas, com posições e relações a serem preservadas.² A continuidade da sociedade, sua imortalidade, necessita das marcas das posições e relações que ficam gravadas nas mentes dos indivíduos, no ambiente e em objetos criados para este fim. Essas marcas, num momento original, eram hierofanias — a manifestação do sagrado. A hierofania fundava o cosmos — o nosso mundo — a partir do amorfo, do caos. As atitudes dos homens, para se tornarem humanas, deveriam ter uma ligação com o sobrenatural: "Ao nível das civilizações primitivas, tudo o que o homem faz tem um modelo trans-humano; portanto, mesmo fora do tempo festivo, os seus gestos imitam os modelos exemplares fixados pelos Deuses e pelos Antepassados míticos. Mas esta imitação corre o risco de tornar-se cada vez menos correta, o modelo corre o risco de ser desfigurado ou até esquecido. São as reatualizações periódicas dos gestos divinos, numa palavra, as festas religiosas que voltam a ensinar aos homens a sacralidade dos modelos [ELIADE. (s.d.), pág. 100]. A reatualização dos gestos divinos através de ritos e mitos garantiram a continuidade da sociedade humana, rememorando a essência do ser humano.

As hierofanias hierarquizaram o mundo através da instituição do heterogêneo, ordenando "coisas" comuns que através de ritos ganhavam valor: "Cada coisa sagrada deve estar em seu lugar, notava com profundidade, um pensador indígena. Poder-se-ia mesmo dizer que é isso que a torna sagrada, pois, suprindo-a, ainda que por pensamento, toda a ordem do universo se encontraria destruída; ela contribui, pois, para mantê-la ao ocupar o lugar que lhe cabe" [LEVI-STRAUSS (1970), pág. 30]. O exercício da memória, parte primeira na formação da identidade de uma sociedade, torna como objeto as "coisas" — momentos e relações sociais — de valor, as relativas à origem causal dos acontecimentos. Portanto,

"a memória pessoal não entra em jogo: o que conta, é lembrar-se o acontecimento mítico, o único digno de interesse, porque é o único criador. É ao mito primordial que cabe conservar a verdadeira História, a história da condição humana: é nele que é preciso procurar e reencontrar os princípios e os paradigmas de toda a cultura" [ELIADE (s.d.), pág. 114]. Este mundo do homem religioso, um mundo visto como "do passado" e primitivo, prescindia da escrita para a transmissão e manutenção da memória.

A medida que a tecnologia aplicou seus conhecimentos em favor da idéia de continuidade social, o homem passou a ter outras formas, além dos mitos orais e ritos para transmitir os modelos da sociedade, do sagrado. A diversidade de suportes para as lembranças — marcas dos fatos e relações sociais — aumenta, assim como a profanação do cosmos e do homem. A fabricação do papel para a escrita foi, sem dúvida alguma, uma grande inovação tecnológica que disseminou a preservação da informação escrita; como também a fotografia, quando se torna objeto ao alcance da população, transforma a todos em produtores potenciais de documentos fotográficos. As fotografias do álbum de família, por exemplo, "evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos movimentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente". [BOURDIEU (1965), págs. 53, 54]. A continuidade, a reprodução social ao nível da organização e das representações, se dá através da passagem de *modelos* de geração a geração. Neste sentido, uma sociedade, é em larga medida, a lembrança do que foi e a memória informa os padrões de reprodução social.

A memória se constitui de forma diversa nas diferentes sociedades. Ainda no interior de uma mesma sociedade, distinguem-se locais sociais de acúmulo de memória, espaços privilegiados para a manutenção e disseminação do que deva ser preservado, como os Xamãs ou os Arquivos. Cada sociedade tem seu modo de produzir, acumular e propagar suas principais temáticas. Assim, se nas sociedades sem escrita a preservação da memória se dá exclusivamente através da celebração de ritos e mitos, as sociedades com escrita também³ se utilizam da elaboração de textos escritos aos quais atribuem um valor especial, devido à crença em sua capacidade de manter intactas, através dos tempos, as informações. Outras propriedades como a de atestar a verdade, através do valor probatório, ou a de armazenar maior volume de informações, acentuam sua importância.

Nas sociedades que usam a memória escrita, as formas de acumulação e conservação dos textos são diferenciadas em função da diversidade de grupos envolvidos nesta atividade e do valor social dado às formas de conservação da informação. Neste sentido, a criação de *Arquivos* e a crença em sua funcionalidade, ocupa um lugar de destaque na produção de *memória* nas sociedades contemporâneas.

2.2 OS VESTÍGIOS

A trajetória humana no planeta não se faz impunemente. Os vestígios e as lembranças dessa passagem, impressões sobre o corpo e o mundo, são sinais que se abrem ao exercício da rememoração. A memória, consciente ou inconsciente, coletiva ou individual, parece ser a sistematização dessa passagem. A linguagem é um lugar privilegiado da memória, que a maioria das técnicas mneumônicas evidenciam, mas sua base não é outra senão o ato original da designação, que criou de uma vez para sempre uma relação entre palavras e coisas.⁴

Os sinais da trajetória humana, especialmente os escritos, constituem-se na matéria-prima da operação histórica, forma narrativa da memória, e são encarados ordinariamente como integrando dois grupos: conforme sejam efeito da circunstância ou da intenção.

Os sinais que a circunstância produz podem ser o resultado de atividade humana destituída de linguagem ou, quando organizada como discurso, destinada à mudez e ao esquecimento. Estes sinais são, com relação à passagem, nada além de um rastro que se deixa mais do que se lega. Os sinais carregados de intenção seriam os que, mesmo produzidos pelas mais pragmáticas razões, objetivam ainda funcionar como representação da passagem.⁵ Os dois tipos de sinais são — com relação ao presente que os produziu e que será passado para o historiador — o sintoma, um, e a afirmação, o outro.

Se essa demarcação entre as duas categorias de sinais parece à primeira vista evidente — tanto quanto pode ser evidente a distinção entre uma adaga e um obelisco — ela é, mesmo no âmbito do que se convencionou chamar de cultura material, bastante problemática. Ela supõe a existência do objeto utilitário puro, para o qual todo símbolo é um excesso.

Esse mundo de significantes puros é marcado por sua fortuidade. Somente o acaso permite que sobreviva à existência imediata e venha a adquirir um novo estatuto entre aqueles que investigam o passado. O objeto desprovido de símbolos está fadado ao desaparecimento das coisas que não circulam. O ingrediente das trocas — portanto, da perenidade das coisas — é este excesso que instaura o sentido.

Ao lidar com vestígios documentais da passagem humana imagina-se ou estar observando um conjunto de documentos que escaparam da sombra à qual se destinam as coisas destituídas de sentido, ou de estar diante de garrafas lançadas no mar do tempo, portadoras de revelações sobre os mais insondáveis mistérios. A esta avaliação, dois argumentos podem ser contrapostos. O primeiro de ordem genérica: o de que só poderiam existir objetos destituídos de sentido fora da cultura, pois esta não é outra coisa se não o lugar onde o processo de significação se realiza. O objeto utilitário puro, a rigor, não existiria. Lévi-Strauss comentando um instrumento de pescaria da cultura tlingit do Alasca, afirma que nele "sua função e seu símbolo parecem dobrados, um sobre o outro", e que "mesmo entre nós, os utensílios se prestam a uma contemplação desinteressada". [LÉVI-STRAUSS, 1970, págs. 47/49]. O segundo argumento vincula-se mais diretamente ao ofício do arquivista: a dificuldade em estabelecer com segurança as razões da sobrevivência de alguns documentos em detrimento de outros.

Na perspectiva do arquivista, portanto, torna-se bastante problemática qualquer avaliação fundada no destino ou no sentido histórico para fixar privilégios entre os documentos.

2.3 O ARQUIVO

O arquivo, documentos acumulados por pessoa física ou jurídica, encontra sua unidade em quem o produz como conjunto, ou seja, em quem acumula os documentos no exercício de suas atividades.⁶ O agrupamento dos documentos, sua seleção dentre todos os passíveis de serem guardados, proporciona o *sentido* dos mesmos. O documento passa a ser parte de uma dupla totalidade: uma, no pensamento do colecionador, e outra, no conjunto dos documentos acumulados. Isto é, o documento escolhido tem um lugar no conjunto de representações do colecionador que o seleciona, e este lugar no imaginário pode não ser o mesmo que aquele ocupado na coleção de documentos.

O que acumulou um colecionador é tudo aquilo que não "descartou", tudo aquilo que de uma maneira ou outra fazia sentido preservar. Isto não significa afirmar que somente o que leu, o que concretamente tomou em mãos, sobre o que expressamente emitiu juízo, venha a configurar o universo de sua coleção. Se adotássemos rigorosamente tal parâmetro torna-se difícil, sem a sua presença física, determinar, por exemplo, se cartas que não tenham indicação precisa de resposta foram efetivamente lidas. Ao se adotar o

critério de acumulação como norteador da noção de coleção, os registros por ele produzidos somente são considerados quando acumulados. Caso contrário estaríamos na contingência de empreender ingentes esforços de busca junto a rede de relações pessoais e profissionais do colecionador com a finalidade de "reintegrar" a seu "fundo" cartas, textos, fotografias, fitas, bilhetes, etc., porventura em poder de terceiros. Assim nem tudo que o colecionador produz torna-se parte integrante de sua coleção, da mesma forma como não guarda tudo que toma em suas mãos.

Portanto, a lógica do arquivo não reside nos documentos, mas na pessoa, o sujeito que os seleciona e arranja. Não é a produção do documento que interessa, mas a constituição da coleção. Esse *homo cumulator* não é somente o funcionário que junta os documentos, mas o titular, a pessoa física ou jurídica que produz fatos e situações que tornam-se socialmente relevantes e mereçam ser retidas. Ao sujeito desse processo de acumulação, que se apropria privadamente de determinados documentos, chamaremos provisoriamente de *arquivador*, em contraposição ao *arquivista*, termo aqui reservado ao personagem encarregado do arquivo quando este for abandonado pelo titular em favor da história.

3. O ARQUIVADOR

3.1 O ARQUIVADOR E OS EVENTOS

"A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido." [BENJAMIN (1985), p. 224]

O plano da existência humana que se abre aos nossos sentidos e que fornece através deles as lembranças que constituem a memória é, do ponto de vista do instante mesmo da percepção, um mundo caótico e ambíguo. A concatenação e a hierarquização das percepções são fenômenos eminentemente subjetivos. A "imagem que relampeja" só pode fixar-se após um "reconhecimento". Os dados da percepção desenhavam um mundo em perfeita mudança que, segundo Bergson, só encontra sentido naquilo que, ao contrário deles, perdura: o corpo e a consciência [BERGSON (1959), p. 196].

Esse mundo dos dados referidos ao sujeito é o mundo dos eventos, envolvendo espaço, ação, duração, etc. O evento nasce de uma operação de recorte e distribuição na série indefinidamente divisível do tempo, e é, essencialmente, produto de uma memória que costura percepções instantâneas: "nossas percepções sucessivas não são jamais momentos reais das coisas... mas momentos de nossa consciência. O papel teórico da consciência na percepção exterior... seria de ligar, pelo fio contínuo da memória, visões instantâneas do real" [BERGSON (1959), p. 216]². Mas a própria visão instantânea não pode ser pensada autonomamente: nos instantâneos "já entra um trabalho de nossa consciência, que prolonga uns nos outros de maneira a contê-los numa intuição relativamente simples, momentos tão numerosos quanto se desejara de um tempo indefinidamente divisível" [BERGSON (1959), p. 217].

O evento é a única forma de reter o fluxo do tempo que escorre por entre nossas mãos, transformando-o em algo que pode ser descrito, narrado, reproduzido, lembrado, mas o seu reconhecimento é ele próprio uma operação da memória. O tempo que não se eventualiza (nem como lembrança, imagem, impressão tátil) simplesmente flui e se perde. Para este mesmo destino rumam os eventos de domínio muito particular, da intimidade dos indivíduos, que se deseventualizam com a morte se não se transformam em algum tipo de registro.

Na cadeia de eventos — subjetivamente ordenados, hierarquizados, etc., os documentos são um simples *elo* — quando cumprem o papel de transmissor circunstancial da

informação — ou um *registro* — quando já em sua origem está a marca da permanência; freqüentemente são ao mesmo tempo *elo* e *registro*: são eventos/documentos. Passam a ser exclusivamente documentos quando armazenados numa coleção que os aparta da cadeia de eventos que os produziu.

O arquivador exercita o seu destino humano privado de criador de eventos, acrescido da necessidade particular de reservar alguns sob a forma de documentos, em um depósito, cuja razão de ser nem sempre é a preservação. Ele se constitui como centro lógico da operação de recorte e acumulação; como uma "imagem privilegiada", à qual as outras imagens estão reportadas: "... o papel da imagem que eu chamo meu corpo era exercer sobre outras imagens uma influência real e por conseguinte decidir por vários procedimentos materialmente possíveis. E já que estes procedimentos lhe são sem dúvida sugeridos pela maior ou menor vantagem que ela, imagem-corpo, retira das imagens circundantes, é preciso que estas imagens desenhem de alguma forma sobre a face que elas exigem ao meu corpo, o partido que meu corpo poderia tirar delas" [BERGSON (1959), p. 172].

O arquivador constitui a sua coleção de documentos segundo critérios que lhe são preciosos — precaução, vingança, pragmatismo político ou administrativo (economia, eficiência, etc.), orgulho, fantasia e até mesmo, senso histórico. De qualquer forma, o arquivador constitui sua coleção como parte de si segundo um movimento que é, em primeiro lugar, um exercício de controle sobre os eventos e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória.

Não podemos afirmar, a não ser como aberração lógica, que os eventos e documentos, no momento em que se produzem, são destituídos de sentido. Somente por uma atribuição de sentido é que processaram-se sua diferenciação como evento e sua formalização como documento, destacando-os do contínuo original. No momento em que o arquivador os seleciona para este departamento especial da memória que é a sua coleção, ele procede ao reconhecimento de um sentido — o da diferenciação — e à atribuição de um novo, a própria seleção.

Para Bergson existem duas memórias que se sobrepõem. A primeira registra, "sob a forma de imagens-lembranças, todos os eventos de nossa vida cotidiana a medida que eles ocorrem". Esta memória seria responsável pelo "reconhecimento inteligente, ou sobretudo intelectual, de uma percepção já experimentada". A outra é uma memória profunda, "sempre voltada para a ação, assentada no presente e objetivando somente o futuro". A constituição desta segunda memória aproxima-se bastante do processo de seleção que dá origem à coleção privada de documentos: "ela só retira do passado os movimentos inteligentemente coordenados que representam nele o esforço acumulado, ela reencontra estes esforços passados não em imagens-lembranças que os invocam, mas na ordem rigorosa e no caráter sistemático com os quais os movimentos atuais se dão. Verdadeiramente ela não representa mais o nosso passado, ela o instrumentaliza, e se ela merece ainda o nome de memória não é porque conserva imagens antigas, mas porque prolonga destas seu aspecto útil até o momento presente" [BERGSON (1957) p. 227-28].

O modo como os documentos se agrupam na coleção apresenta uma cadeia particular constituída a partir da ação superposta de duas memórias. Essa arrumação — a ordem original — reflete o recorte de eventos que o arquivador realiza no mundo, o processo pelo qual *reconhece*; dentro do contínuo do tempo, alguns eventos, e os critérios de uma segunda atribuição de sentido, que a seleção indica. O armazenamento dos documentos na coleção gera portanto uma nova cadeia, constituída de fragmentos selecionados da cadeia mais ampla, um modo particular de articulação entre seus elementos.

Ao ser inserido na coleção, o documento passa a integrar a rede de circulação de sentido que nela habita. Numa concepção mais utilitária, eles ordinariamente se associam e diferenciam por contiguidade: o arquivador encerra numa gaveta uma etapa de sua vida que findou, agrupa cartas de um mesmo amigo; estarão os seus papéis mais perto ou mais longe segundo uma necessidade presumida ou a constância com que de fato recorre a eles.

A coleção de papéis privados é o efeito de um conjunto de atos subjetivos que podemos arbitrariamente repartir em dois níveis: o da seleção, ou seja, o resgate do documento do torvelinho do esquecimento e da degradação, onde predomina a garantia de sua preservação, sua integridade física; e o da articulação, ou seja, o modo como será disposto no interior da coleção, que lhe guarda prioritariamente o sentido, sua integridade moral.

3.2. O ARQUIVADOR E A ORDEM ORIGINAL

Um conjunto de documentos por mais significativo que seja para o enredo de um determinado assunto, representa sempre o vínculo pessoal que o arquivador mantém com o mundo, não se confundindo com este pela parcialidade inerente ao recorte que o arquivador opera na totalidade. Faces de uma mesma moeda, torna-se mesmo improvável imaginar registros de ações sem arquivador e vice-versa.

Aponta-se para uma relação orgânica entre os documentos e o arquivador: aqueles ficam como que orbitando em torno do centro de gravidade que é quem os acumulou. Se os documentos não devem ser afastados de seu centro gravitacional, o modo de acumular é que lhes confere sentido, que os torna inteligíveis. Desaperceber-se do modo de acumulação pode implicar no remanejamento das órbitas, por conseguinte construir relações outras, com a implosão do sentido original.

O que nos interessa na ordem original isto é, no modo de articulação dos documentos gerado pelo processo de acumulação, não é propriamente a preservação de sua disposição física. É apreender a operação de acumulação como rede articulada de sentidos da qual o arquivador é o centro lógico. Atribuição que não depende do contato direto com os papéis, pois a função de administrá-los pode ser delegada a outros agentes ou, até mesmo a familiares. Formulador da "política" de acumulação dos seus papéis, via de regra, dita os critérios mais gerais de seleção e classificação. Com atribuições executivas, sua "equipe" busca atuar segundo parâmetros, inspirados na imagem-referência que é o arquivador.

Os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça surpreender seu movimento, sua trajetória: sua vontade de guardar. O que está em questão, portanto, é saber o que o arquivador quer com seus registros. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos possam fornecer.

A ordem original de um arquivo permite observar o movimento dos atores no processo histórico assim como estes o reconheceram e o registraram, isto é, de forma distinta e diferenciada entre si. O modo de articular documentos produzido pelo arquivador pode ser comparado no âmbito dos arquivos públicos à lógica de classificação de documentos que norteia a administração pública em sua produção e circulação. A classificação definitiva quando de seu recolhimento a entidades com estes fins, tanto mais eficaz se torna quanto tiver nitidez sobre como tramitaram os papéis, que percursos trilharam na complexidade da rede administrativa, que alterações de rota e mesmo interrupção de fluxos sofreram. Da dança e contradança da criação e extinção de órgãos administrativos e consequentes remanejamento de papéis, revela-se a lógica de arranjo desses documentos.

3.3. O ARQUIVADOR E A DOAÇÃO

É comum se observar um descompasso entre a biografia de um notável homem público e o porte e o grau informativo dos registros que reteve. Intervém nesse processo uma variável subjetiva por conta da personalidade de cada arquivador.

Se podemos trabalhar com um padrão que considera que homens públicos normalmente guardam e cuidam de seus papéis, nota-se, na prática do lidar com esses acervos, certos casos de incompatibilidade entre uma biografia repleta de feitos de um personagem de brilhante ação política e uma realidade de acumulação de registros aquém da expectativa. A situação inversa também se verifica; depara-se com coleções de personalidades de biografia pública menos fulgurante, mas de acentuada preocupação, para além da produção de documentos, com a acumulação de registros. Mas este descompasso na relação biografia/registro corresponde quase sempre ao tipo de preocupação que o arquivador tem com sua imagem. No entanto, é no ingresso da coleção no circuito público que esta relação pode ser observada com maior nitidez.

A produção de uma imagem é fruto tanto do que se exhibe quanto do que se esconde. Nesta operação participam tanto o círculo familiar do arquivador quanto as instituições de memória. Só doa arquivo quem supõe que seus documentos vão configurar para a história o que o titular enquanto ator foi para sua época. É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória não se exhibe o que não se releva; não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem.

O gesto de doar neste caso está sendo tomado como ato deliberado de vontade, seja por atitude voluntária de destinar à guarda de uma instituição de preservação de memória sua coleção, seja fruto da ação persuasiva dessas instituições junto ao titular ou família, seguindo orientação de sua política de acervo. Doar uma coleção, cerca-se por certo de indagações, receios; pressupõe relações de confiabilidade que apontam um consenso sobre o caráter relevante dos papéis doados. Distintamente de comercializar, sugere propósitos outros não fundados na razão econômica, deixa entrever identidade entre as partes. Se o arquivador doa porque considera ter algo a legar, as instituições de memória muitas vezes a ele se antecipam, informando-o, "conscientizando-o", logo instituindo valor. A ação de convencimento baliza-se em argumentos que sustentam o valor histórico singular da ação política do personagem e a relevância de seus documentos — pressupondo compatibilidade entre o desempenho público e registros acumulados — para os estudos da história.

A ação familiar costuma se dar nos casos em que, herdeira da vontade do arquivador, se investe da administração de sua imagem. Nesta condição é de se supor que a coleção possa vir a sofrer desfalques ou acréscimos, com conseqüente alterações de sentido. Se a ação do arquivador em relação à produção de sua imagem, em alguns casos, é visível; o ingresso da família nesse circuito torna-se ainda mais nítida. A leitura, em caráter de exame da documentação, a que se dedica antes da doação tem por finalidade compatibilizar os registros com a idealização da imagem. Por vezes mais rigorosa, por outras mais flexível, a intervenção do círculo familiar emerge como mecanismo de filtragem de até onde o público deve avançar por sobre o mundo do privado. Ao descartar, aqui entendido como colocar fora do consumo público certos registros, age-se como que a ultimar os retóricas finais, a maquiar a face privada para convertê-la em face pública, burilando seu perfil imaginário. A pirâmide de papéis pode servir como metáfora dessa conversão da coleção em arquivo privado. A família, em ação complementar, atua como elo de ligação, pois mediante seu crivo é que se referenda o trânsito dos papéis do arquivador para seu lugar na história.

Existe uma relação muito forte entre a guarda de documento e seu valor probatório, quando este, socialmente aceito como verdadeiro, serve para confirmar situações de propriedade ou outras, quando é suporte da realidade. Os homens guardam ainda muitos outros que não servem como *provas legais* de propriedade, nem mesmo de relações ou identidade. Ao contrário, são papéis que contêm textos "bons para pensar", que tematizam questões centrais para a sociedade ou para os indivíduos. Mas além de seu valor probatório, em sentido legal, os documentos podem servir de "prova" para a imagem.

A ação familiar não se exerce sem ônus para a integridade da coleção. A análise da documentação e a construção das redes de relação que contém permite identificar, flagrar as fissuras à sua lógica original. A ação dos parentes se evidencia nos parênteses que abre nas coleções. "Resguardar" uma imagem, nesse sentido, pode significar estar erguendo outra. A vontade de erguer monumentos traz embutido o desejo de engrandecer a biografia do arquivador, mas este gesto não é desprovido de legitimidade, já que pode fundar-se no monumento que o próprio arquivador pretendeu erguer.

4. OS MODOS DE ARTICULAÇÃO

Se o sentido dos documentos reside em quem os acumula, articulando-os uns aos outros, no que tange aos arquivos privados de homens públicos a análise desta ordem original é um passo primeiro e fundamental na recuperação da informação. A organização específica dada aos arquivos pelos homens públicos se volta, em última instância, para o público. Mas, existem diversos tipos de homens públicos, assim como de *públicos*, possibilitando assim uma diversidade de tipos de ordem original. A tipologia que sugerimos a seguir representa uma primeira análise da diversidade dos arquivos privados de homens públicos.

Um primeiro tipo seria o *caótico*. Um *não arranjo*, um conjunto de documentos inteiramente desordenado, como se fosse o resultado de uma lufada de vento que tivesse misturado as folhas de papel ao acaso. Trata-se de um hipotético nível zero de articulação. Esta forma particular de "ordenação" reflete o ato simples de seleção dos documentos, que são então guardados indiscriminadamente, isto é, sem qualquer articulação contígua que contribua para a preservação de seu sentido; parece reproduzir o caótico da cadeia original. Neste caso, o que dá o caráter de arquivo aos documentos é sua *separação* do universo de documentos passíveis de acumulação pelo titular.

Um arquivo deste tipo pode ter resultado de um cataclisma que misturou os papéis — a hipótese mais aceitável. Mas pode também ter sido produzida por um arquivador cuja única obsessão era guardar, preservando os documentos mas privando-os de utilidade. Tal arquivador realiza ao máximo o ideal da preservação em coleções, pois retira de forma absoluta o objeto da circulação, ao mesmo tempo em que produz, por esse método, uma forma privada de esquecimento.⁸ Não se poderia ainda descartar, por absurda, a hipótese de um arquivador perverso com interesse especial em baralhar os documentos e mascarar a própria lógica da acumulação.

A experiência — pelo menos aquela que oferece o trato com arquivos privados de homens públicos — nos ensina que este modelo "barafunda" é bastante raro; bem mais comum são os arquivos chegarem com algum tipo de articulação. Tal articulação deve ser pensada em função da lógica produzida pelos critérios de seleção e as expectativas de desempenho do arquivo como instrumento da memória. Levando em consideração este aspecto, o desempenho ou utilidade do arquivo para o arquivador, podem ser observados dois padrões básicos que chamaremos provisoriamente de *centrífugo* e *centrípeto*. O centro de que se fala é, naturalmente, o arquivador: sua visão, seus anseios, o modo como se relaciona com os outros.

No padrão *centrífugo* o arquivo parece falar predominantemente *de si*, do modo como se organiza para desincumbir-se de suas ações no mundo. A articulação entre os documentos obedece a uma lógica administrativa ou, na falta de melhor termo, a um princípio funcional. É um arquivo que tende a produzir "processos", e seu movimento é de dentro para fora. Pode espelhar as atividades funcionais do titular ou das instituições às quais se vinculou, possuindo um traço burocrático muito desenvolvido.

No padrão *centrípeto* o arquivo parece falar predominantemente *do outro*, do modo como recolhe e antecipa seus efeitos. A articulação entre os documentos obedece a uma lógica eminentemente política. É um arquivo que tende a produzir retratos, "dossiês" (numa conotação policial do termo), e seu movimento é de fora para dentro. Um político pode acumular documentos para utilizá-los no jogo de poder, como trunfos contra adversários.

Estes padrões, no âmbito de um arquivo específico, não são excludentes. Ambos convivem, em intensidades variáveis em cada arquivo, como casos (ou modos de combinar) de uma sintaxe de ordenamento. Observado no nível de sua articulação contígua, o arquivo se organiza como frase e é segundo esta ótica que se pode falar em sua *organidade*: como atributo do reconhecimento evidente de um sujeito que o enuncia — o arquivador — e de uma sintaxe do ordenamento.

Em alguns casos, o arquivador expressa claramente a sua sintaxe preferencial e dela, inclusive, faz registro. Gustavo Capanema, por exemplo, esboça, no final de 1944, um "plano geral" para seu arquivo. Este se dividiria em três partes:

— "A (parte inicial): papéis da vida particular"

— "B (parte geral): relações em geral"

— "C (parte especial): vida pública". A parte C se dividiria em três "capítulos" 1C — até 1930; 2C — de 1930 a 1934; e 3C de 1934 em diante ("até a conclusão do período ministerial").

No interior de cada um destes capítulos os papéis estariam repartidos em *casos*:

"Os papéis se reunirão em grupos completos. Cada grupo completo é um caso. O caso será um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, ou uma série de documentos entre si relacionados, ou um estudo ou uma coleção de estudos."

O significado da noção de caso pode ficar mais claro com a exemplificação que se segue, retirada de uma lista de casos relacionados às artes plásticas: "Organização do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional", "Mário de Andrade", "Conferências de Le Corbusier (1936)" e "Exposição de Cândido Portinari na Escola Nacional de Belas Artes (1934)".

Estes casos, distribuídos em pastas no arquivo em ordem numérica, seriam fichados e catalogados segundo uma classificação de assunto. Através desta classificação, transparece o modelo *centrífugo* adotado e sua lógica "administrativa". O sistema de classificação era decimal e para o capítulo 3C apresentava as seguintes classes:

"0. Os Assuntos gerais do MES

1. O ensino em geral
2. O ensino superior
3. Problemas gerais do ensino
4. Problemas comuns aos diversos ensinos
5. Assuntos culturais
6. Saúde e Assistência em geral
7. Os grandes problemas sanitários
8. O campo de atuação do MES
9. Assuntos diversos"

Os "Assuntos gerais do MES" repartiam-se em:

00. Organização geral
01. A legislação
02. A administração geral
03. Os orçamentos e os créditos adicionais
04. As sedes e repartições do MES
05. As publicações e as bibliotecas
06. As obras e as instalações
07. A estatística
08. A documentação e a publicidade
09. A planificação geral

O que este primeiro esboço de arranjo para os papéis da Capanema exhibe, é o interesse de preservar o sentido de seus documentos agrupando-os em ações e acontecimentos, os gestos de sua movimentação no mundo. E classificá-los segundo os instrumentos, estratégias e objetivos dos quais estes gestos são a materialização, a eventualização. A "classificação" apresenta as questões, e os "casos", as respostas. Sua organização se estende sobre o mundo do mesmo modo que as ações e os acontecimentos o fizeram.

A concepção de arquivo de Filinto Muller é absolutamente diversa. Ele não se estende sobre o mundo, despoja-o. Seu arquivo fala bem mais dos outros do que de si, e é o lugar onde estão guardados segredos para utilização "na hora devida". Em uma entrevista à revista *Veja*, de 29/03/72, ele o utiliza para defender-se de antigas acusações:

"Durante vinte anos carreguei a acusação da morte de Severo Fournier. Tenho aqui no cofre (e vira-se para a pequena e desordenada fortaleza onde guarda seus papéis) a carta de seu pai, de 19 de outubro de 1938, agradecendo o tratamento dado ao filho. Veja esta aqui, do Francisco Morato, escrita num hotel, recém-saído da prisão de São Paulo, agradecendo minha interferência junto ao presidente para conseguir que o Ademar de Barros o libertasse. É a primeira vez que a mostro."

O tipo de preocupação de Filinto Muller arquivador vai originar um arquivo centrípeto, onde o sentido está relacionado com o tipo de serviço que o documento vai prestar ao centro, o arquivador. Ele volta-se para dentro falando dos outros, e só ali encontra o seu significado real.

Isto se evidencia quando observamos a ordem original do arquivo que classificava os documentos (cartas em sua grande maioria) por correspondente e, em algumas ocasiões, por evento. Os "dossiês" daí decorrentes, agrupavam cartas de terceiros mais do que do próprio Filinto. Este, ao contrário de outros homens públicos de sua época, não costumava guardar cópias das que enviava. Os "dossiês" eram ordenados entre si através de uma classificação alfabética dos prenomes ou alcunhas, proporcionando uma recuperação rápida da informação para o arquivador, que os solicitava através do nome pelo qual *ele* conhecia o correspondente ou o evento desejado.

Sobre o sentido que o nível da articulação circunscreve, e do qual os dois exemplos citados são os casos extremos, pode instalar-se ainda um supra-sentido. O arquivo como produção de uma imagem do titular para a história. Os documentos são acumulados segundo a lógica de edificação de uma imagem histórica, que pode ser a lógica dos temas e perspectivas do campo intelectual. O arranjo seria então produto do que o titular imagina ser a história. Chamaremos a este tipo de *monumental*. O sentido monumental e histórico não é privilégio do arquivista (de fato, é sua obrigação), e pode estar presente, em maior ou menor grau, no próprio arquivador. Ele, o produtor e acumulador de papéis privados, é neste caso um construtor de monumentos, cujo pedestal é a história. Mesmo que isto, em

última instância, diga respeito a quase todo arquivador, a sua consciência pode estar mais atenta a este supra-sentido, a ponto de perceber o seu arquivo como uma pirâmide em construção, que guarda a sua memória e a de seu tempo para as gerações futuras.

Já no modelo de arranjo de 1944, o arquivo de Gustavo Capanema dispunha de uma seção propriamente monumental: era a "folioteca", compartimento bastante semelhante às séries de "produção intelectual" nos arquivos privados modernos, onde os documentos eram organizados e preparados para fins de publicação. Essa dimensão monumental cresceu ao longo do tempo, e a pirâmide ergueu-se inicialmente num apartamento, no Rio de Janeiro, alugado somente para guardá-la. Afirmava o ex-ministro em depoimento dado a professores de arquitetura da Universidade de Brasília, em 12 de dezembro de 1962:

"Pretendendo, dentro de algum tempo, mandar fazer um levantamento de todo o meu 'papélório' que é numeroso... e estava... esparramado em vários lugares da cidade... De modo que quero ver se contrato um técnico para ordená-lo. Tem que ser uma pessoa entendida e eu tenho que estar presente."

O sentido desta nova ordenação estava no fato de Capanema reconhecer uma dívida "para com a cultura brasileira no sentido de divulgar este material". E aos professores que lhe pediam informações, afirmava: "Tenho o dever de fazer essa busca e de prestar os esclarecimentos que vocês precisam."

A doação do arquivo a um centro de documentação histórica atende quase sempre a esse desejo de monumentalização e de imortalidade que só a dimensão pública pode oferecer. O centro histórico monumentaliza o arquivo privado ao dar-lhe dimensão histórica e pública. No entanto, esse movimento na direção do monumento, do público e da história, pode ser antecipado pelo arquivador que com isto introduz uma qualidade nova no ordenamento de seus papéis. Um valor que transcende a atualidade da articulação contígua do ordenamento e instala sobre ela a série das metáforas de imortalidade que vincula o passado dos documentos ao futuro da pesquisa histórica. Os valores que o supra-sentido monumental instala podem muitas vezes ser fortes bastante para definir e recriar o significado e o ordenamento do arquivo.

Esses modelos foram pensados levando em conta as duas principais operações na constituição de arquivos, a *acumulação* de documentos e o *arranjo*. A acumulação dizendo respeito à atividade de colecionar documentos no universo documental e o arranjo à ordenação do que foi separado. Nessas operações existem três principais termos: o titular do arquivo e seus auxiliares, o arquivo tomado em seu conjunto, e sua função ou utilidade.

Na realidade estes modelos de ordem original não se apresentam de forma estanque. O arquivo, propriamente dito, é um amálgama desses modelos, como a vida de uma pessoa é a mistura de lógicas que plasma sua trajetória e dá sentido à acumulação de documentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Exegi monumentum aere perennius"
(Horácio)

Ao longo do texto, o arquivo foi propriamente considerado como efeito da acumulação de documentos, este é seu gesto fundador e aquele que lhe confere sentido. As reflexões incidiram sobre o sentido original e sobre o arquivador, enquanto sujeito do processo de acumulação, na racionalidade de seus atos. O movimento do arquivador é domínio de uma subjetividade que recorta, costura e prolonga percepções momentâneas; sua lógica emerge da região histórico-afetiva em que os mundos íntimo e público se misturam.

É esta dimensão do íntimo que a designação “arquivo privado” tende a obscurecer. Somente na sua inserção no circuito público é que a coleção particular de papéis adquire status social de arquivo privado. Um status construído por oposição ao de público — que é excluído do Estado e de suas agências — e que reúne coleções provenientes das mais diversas figuras da esfera privada: indivíduos, famílias, empresas, instituições, etc. A designação de “arquivo privado” implica numa diluição do íntimo e na sua redução ao privado, isto é, na redução da existência individual à forma de sua relação com o público e ao modo como é por ele definida. Por essa razão, o raciocínio em torno do arquivo pessoal, enquanto arquivo privado, não deve confundir-se com aquele que se volta para os arquivos de empresas, instituições ou partidos políticos, cuja inserção no mundo se faz originalmente numa esfera intermediária, bem mais próxima ao Estado.

A franquia de um arquivo privado ao público por qualquer meio, especialmente sua inclusão no acervo de uma instituição de preservação da memória, conduz à sua publicação, e conseqüentemente à sua caracterização efetiva como arquivo. A publicação, que pode corresponder à expectativa do arquivador ou de sua família, é efeito da produção de historicidade dos papéis da qual a instituição está encarregada. O “arquivo histórico” é o produto final da operação de monumentalização a que se dedicam as instituições da preservação da memória. A monumentalização, no entanto, como condição obrigatória de toda historicidade — como de tudo aquilo que perdura socialmente — comporta o risco de sujeitar o todo do arquivo à face potencialmente dotada de “relevância histórica”; pode acarretar, com base numa suposta complicitade com o arquivador, a redução do conjunto de sua via aos seus momentos de consagração pública. Arrisca-se submeter o recorte original a um novo recorte, a uma nova articulação ditada pela “consciência histórica” da qual a instituição é a representante junto ao campo intelectual e à sociedade.

O centro de documentação histórica, como instituição de preservação da memória, é, em última instância, responsável por seu sentido histórico, que pode freqüentemente colidir, confrontar-se ou trair o sentido original, manifesto na seleção e articulação empreendida pelo arquivador. O arquivista vive sob a tirania de um sentido que ele deve expressar no arranjo dos documentos e cristalizar no inventário. Só há talvez um modo do arquivista reduzir os efeitos do conflito em que se envolve na obrigação social de impingir um sentido sobre outro, ou inventá-lo onde não o enxerga: é fundir-se com o arquivador, mergulhar na sua subjetividade, promover a conciliação de racionalidades — se a razão pode ser em alguma circunstância cordial. E provavelmente não há outro dado para informar e conferir substância e viabilidade a este procedimento do que os laços afetivos que elabora aquele, que por dever de ofício, está obrigado a habitar o íntimo na produção do público.

NOTAS EXPLICATIVAS:

- (1) Temos consciência do risco que corremos ao trabalharmos com a categoria de sociedade como organismo social. Apesar de estarmos concordando com figuras como Durkheim e Radcliffe Brown, autores contemporâneos os criticam. Como afirma Leach, “os antropólogos contemporâneos têm vindo gradualmente a aperceber-se de que o seu objetivo não consiste propriamente nas coisas e nos seres humanos, mas nas relações em interação dinâmica” [LEACH (1985), pág. 28].
- (2) “Todo ser humano que viva numa sociedade é duas coisas: indivíduo e pessoa. Como indivíduo, é um organismo biológico, aglomerado de imenso número de moléculas organizadas numa estrutura complexa, dentro da qual, durante o tempo que persiste, ocorrem ações e reações fisiológicas e psicológicas, processos e transformações. Os seres humanos como indivíduos são objetos de estudo dos fisiológicos e

psicológicos. O ser humano como pessoa é um complexo de relacionamentos sociais. É cidadão da Inglaterra, marido e pai, pedreiro...” [RADCLIFFE BROWN, 1973], pág. 238 e 239].

- (3) “... Os mitos e os ritos oferecem, como valor principal, ter preservado, até a nossa época, de uma forma residual, modos de observação e reflexão...”
- (3) “... Os mitos e os ritos oferecem, como valor principal, ter preservado, até a nossa época, de uma forma residual, modos de observação e reflexão...” [LÉVI-STRAUSS (1970) p. 37].
- (4) Nietzsche considera que a linguagem tem uma base intuitiva que produz metáforas que adquirem estatuto de verdade pela “igualação” do não igual, transformando-se em conceitos [NIETZCHE (1983), pág. 48]. Este movimento é que permite a classificação que age como facilitadora da “formação de uma memória” [LÉVI-STRAUSS (1970), pág. 37]. Se assumirmos a radicalidade do pensamento de Nietzsche, essa memória só se produz a partir de um esquecimento original: “as verdades são ilusões, das quais se esqueceu o que são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas” [NIETZCHE (1983), pág. 48].
- (5) Na história infantil de João e Maria, suas pegadas na floresta são o primeiro tipo de sinal, que a circunstância produz. Já os farelos de pão, são sinais cuja intenção é perdurar. O estratagema não funciona e sugere a discussão sobre a eficiência e durabilidade dos sinais que pretendem representar a passagem.
- (6) “Com efeito, os arquivos, esta é sua definição, são ‘o conjunto’ de documentos de toda espécie, que todo corpo administrativo, toda pessoa física ou moral, reúne automática e organicamente em razão de suas funções e de sua atividade; acrescentemos e que são conservados a título de referência” [DUCHEIN, (1977)]. “Tomemos um exemplo. É fácil definir o fundo de arquivo de uma abadia, de um hospital, de um tribunal: é (para utilizar os termos do Lexicon of Archive Terminology das Edições Elsevier): ‘o conjunto de documentos cujo acúmulo foi efetuado no exercício das atividades’ dessa abadia, deste hospital, deste tribunal. Não há nenhuma dificuldade de interpretação, porque a abadia, o hospital, o tribunal, são órgãos bem definidos, possuindo uma personalidade jurídica precisa e estável” [DUCHEIN (1977)].
- (7) Ver também, para a aproximação da noção de evento à de “corte móvel” no interior de uma duração a leitura de Gilles Deleuze das três teses de Bergson sobre o movimento. [DELEUZE (1985) pág. 9-21].
- (8) Para a noção de coleção como conjunto de objetos retirados de circulação e desprovidos de “valor de uso” ver [POMIAN (1984) pág. 53/54].

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de História. In: Obras Escolhidas. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. Matière et mémoire. In: -- *Ouvres*. Paris, PUF 1959.
- BOURDIEU, Pierre. *Un Art Moyen*; essai sur les usages sociaux de la photographie. Paris, Minuit, 1965.
- BUÑUEL, Luiz. *Meu último suspiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- DELEUZE, Gilles. *Cinema I: A imagem-movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DUCHEIN, Michel. Le Respect des fonds en archivistic; principe théorique et problèmes pratiques. *La Gazette des Archives*, Paris, (97), 1977.

- DURKHEIM, Émile. *Les Formes Elementaires de la vie religieuse*. Paris, PUF, 1968.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano; a essência das religiões*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- LEACH, Edmond. *Anthropos*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi; Anthropos-Homem. Porto, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. v.5.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional/EDUSP, 1980.
- NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi; Memória-História. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro, FGV, 1980.

REORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS EMPRESARIAIS: UM ESTUDO DE CASO*

Léa de Aquino**

RESUMO

A integração dos arquivos aos sistemas de informação das empresas poderá ser alcançada, mas rapidamente, na medida em que os arquivos estejam preparados para utilizar os modernos recursos que a tecnologia da informação vem colocando à sua disposição, com destaque para o vínculo computação-micrografia. A Gestão de Documentos é apresentada como um caminho técnico para a organização dos serviços de arquivo. Examina procedimentos técnicos adotados em operações dos subsistemas de transferência/avaliação, arquivos correntes, arquivo intermediário, arquivo permanente e microfilmagem que integram a estrutura do Sistema de Comunicação e Arquivo - SICAR -, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No controle do crescimento da produção documental são utilizadas práticas de administração de documentos e os recursos da microfilmagem e do computador, o que se constitui no alicerce para a construção do Sistema de Arquivo do BNDES.

1. INTRODUÇÃO

Como em todos os lugares do mundo, os principais vetores da Informação são: os arquivos, as bibliotecas e os Centros ou Serviços de Documentação ou Informação.

A informação se tornou uma base essencial do progresso da Civilização e da Sociedade. Todos concordam, atualmente, que há falta de informação e de meios eficazes para o seu intercâmbio - fatores limitantes do desenvolvimento econômico e social dos povos.

Em uma empresa, o Arquivo - quer seja administrativo ou de caráter permanente - constitui fonte freqüentemente procurada para a obtenção de informações.

Modernas técnicas de Arquivologia deverão ser desenvolvidas não só para preservar o documento, como principalmente para recuperar a informação de maneira rápida e eficaz.

A microfilmagem é um exemplo de tecnologia de suporte da informação, que preenche de maneira econômica, segura, autêntica e imediata essas duas finalidades.

O vínculo computação-micrografia é uma realidade que os especialistas da informação terão que adaptar-se e enfrentar, sob pena de desenvolver projetos de sistemas de informação arriscados a perecer antes de serem criados.

* Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro, 17 a 22 de outubro de 1982. Revisto e atualizado para publicação em *Arq. & Adm.*

** Gerente de Documentação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.